



FUNDAÇÃO
Mª ISABEL E RENATO
GAMEIRO



FUNDAÇÃO
Mª ISABEL E RENATO
GAMEIRO

RELATÓRIO

e

CONTAS

2015

Handwritten signature and initials in blue ink.



(Handwritten signature and initials in blue ink)

Índice

<i>Nota Introdutória ao Relatório e Contas 2015</i>	3
<i>Demonstrações Financeiras</i>	4
Balanço em 31 de Dezembro de 2015	5
Demonstração de resultados por naturezas 2015	7
Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais 2014.....	8
Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais 2015.....	9
Demonstração dos fluxos de caixa.....	10
Anexo 2015	11

Nota Introdutória ao Relatório e Contas 2015

O presente relatório de atividades e contas da Fundação Maria Isabel e Renato Gameiro pretende evidenciar a atividade desenvolvida pela Fundação em 2015 bem como a sua situação patrimonial e financeira.

A Gestão do património imobiliário foi a principal fonte de financiamento e a origem do maior consumo de recursos da Fundação.

Foram realizadas as ações de manutenção e conservação do património imobiliário da Fundação, com destaque para a conclusão dos trabalhos de reparação das coberturas dos Edifícios 600 e 604, as quais tiveram um peso significativo no total dos gastos com conservação e manutenção atingindo um valor de 12.995,76 euros.

Os Estatutos da Fundação foram revistos de acordo com a nova legislação e enviados para a Presidência do Conselho de Ministros e para a Segurança Social.

Salientamos o trabalho realizado pela Santa casa da Misericórdia de Torres Novas e pelo Centro de Reabilitação e Integração Torrejano no âmbito dos projetos apoiados pela Fundação:

SCMTN – Apoio a pessoas com doença de Alzheimer e seus cuidadores;

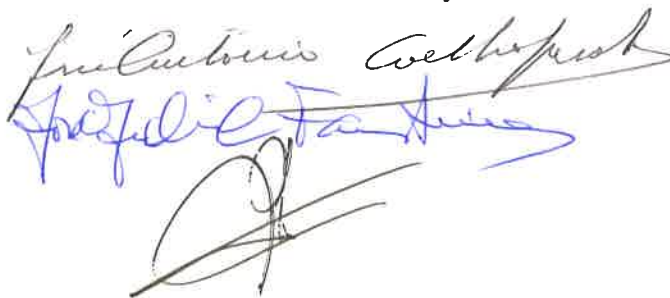
CRIT – Diagnóstico da População com Deficiência e Doença Mental no Concelho de Torres Novas.

Em Dezembro de 2015 a Câmara Municipal de Torres Novas atribuiu a medalha de benemerência à Fundação em cerimónia realizada no Teatro Virgínia em 13/12/2015, medalha recebida pela fundadora, D. Isabel.

Os rendimentos totalizaram 39.921,78 euros e os gastos 37.086,41 euros. O resultado líquido do exercício findo em 31/12/2015 foi de 2.835,37€, propondo o Conselho de Administração a sua transferência para a conta de resultados transitados.

Torres Novas, 3 de Março de 2016

O Conselho de Administração





Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras apresentadas foram elaboradas de acordo com aprovado pela portaria nº 105/2011 de 14 de Março, nos termos da normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo. Assim, apresentam-se seguidamente o Balanço em 31/12/2015, a Demonstração de Resultados por Naturezas para o período findo em 31/12/2015, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais de 2015 e 2014, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Anexo.



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Balanço em 31 de Dezembro de 2015

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2015	2014
ACTIVO			
Ativo não corrente	3		
Ativos fixos tangíveis		54,05	240,91
Bens do Património histórico e cultural			
Propriedades de investimento	16	1.228.888,39	1.228.888,39
Ativos intangíveis			
Investimentos Financeiros			
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/Doadores/Associados/membros			
Outros			
		1.228.942,44	1.229.129,30
Ativo corrente			
Inventários	15		
Clientes			
Adiantamento a Fornecedores			
Estado e outros entes públicos			
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/Doadores/Associados/membros			
Outras contas a receber			
Diferimentos			
Outros ativos financeiros			
Caixa e depósitos bancários		217.304,80	215.016,58
Outros			
		217.304,80	215.016,58
Total do Ativo			1.446.247,24
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos		1.253.828,27	1.253.828,27
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados		187.004,60	179.936,39
Excedentes de revalorização			
Outras variações nos fundos patrimoniais			
		1.440.832,87	1.433.764,66
Resultado Líquido do Período	16	2.835,37	7.068,21
Total do fundo de capital		1.443.668,24	1.440.832,87
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar			
Outros			



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Balço em 31 de Dezembro de 2015

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2015	2014
Passivo corrente			
Fornecedores			
Adiantamentos de clientes			
Estado e Outros entes públicos			
Acionistas/Sócios			
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/Doadores/Associados/membros			
Financiamentos obtidos			
Diferimentos	16	2.579,00	3.288,01
Outras contas a pagar	15		25,00
Outros passivos financeiros			
Outros			
		2.579,00	3.313,01
Total do Passivo		2.579,00	3.313,01
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1.446.247,24	1.444.145,88



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Demonstração de resultados por naturezas 2015

Unidade monetária (1)			
RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2015	2014
Vendas e Serviços Prestados			
Subsídios, doações e legados à exploração			
ISS, IP - Centros Distritais			
Outros			
Variação nos Inventários da Produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos	16	-19.760,38	-15.429,41
Gastos com o Pessoal			
Ajustamentos de inventário (perdas/reversões)			
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reversões)			
Provisões específicas (aumentos/reversões)			
Outras Imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos/Reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	10	39.921,78	38.678,81
Outros gastos e perdas	16	-17.139,17	-15.994,34
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		3.022,23	7.255,06
Gastos/reversões de depreciação e amortização	5	-186,86	-186,85
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		2.835,37	7.068,21
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados			
Resultados antes de impostos		2.835,37	7.068,21
Imposto sobre o rendimento no período			
Resultado líquido do período		2.835,37	7.068,21

(1) Euro

Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais 2014

UNIDADE
MONETÁRIA
(1)

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO N-I (2014)

Descrição	Notas	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultado transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários	Total dos Fundos patrimoniais
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N-I	6	1.253.828,27			164.123,14				15.813,25	1.433.764,66		1.433.764,66
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adoção de novo referencial contabilístico										0,00		0,00
Alterações de políticas contabilísticas										0,00		0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										0,00		0,00
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis										0,00		0,00
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações										0,00		0,00
Ajustamentos por impostos diferidos										0,00		0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais										0,00		0,00
	7	0,00	0,00	0,00	15.813,25	0,00	0,00	0,00	-15.813,25	0,00	0,00	0,00
					15.813,25				-15.813,25	0,00		0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8								7.068,21	7.068,21		7.068,21
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8								7.068,21	7.068,21	0,00	7.068,21
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO												
Fundos												
Subsídios, doações e legados												
Outras operações												
	10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO N-I	6+7+8+10	1.253.828,27	0,00	0,00	179.936,39	0,00	0,00	0,00	7.068,21	1.440.832,87	0,00	1.440.832,87

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais 2015

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO N (2015)

UNIDADE MONETÁRIA (1)

Descrição	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe										Interesses minoritários	Total dos Fundos patrimoniais
	Notas	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultado transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
6		1.253.828,27			179.936,39				7.068,21	1.440.832,87		1.440.832,87
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adoção de novo referencial contabilístico										0,00		0,00
Alterações de políticas contabilísticas										0,00		0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										0,00		0,00
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis										0,00		0,00
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações										0,00		0,00
Ajustamentos por impostos diferidos										0,00		0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					7.068,21				-7.068,21	0,00		0,00
7		0,00	0,00	0,00	7.068,21	0,00	0,00	0,00	-7.068,21	0,00	0,00	0,00
8												
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO									2.835,37	2.835,37		2.835,37
9=7+8									2.835,37	2.835,37	0,00	2.835,37
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO												
Fundos												
Subsídios, doações e legados		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações												
10		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6+7+8+10		1.253.828,27	0,00	0,00	187.004,60	0,00	0,00	0,00	2.835,37	1.443.668,24	0,00	1.443.668,24

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros



Demonstração dos fluxos de caixa

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RUBRICAS	Notas	Períodos	
		2015	2014
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</u>			
Recebimentos de clientes e utentes			
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamentos a fornecedores			
Pagamentos ao pessoal			
Caixa gerada pelas operações			
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		2.288,22	9.719,07
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		2.288,22	9.719,07
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		0,00	0,00
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realização de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Redução de fundos			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		0,00	0,00
Variação de caixa e os seus equivalentes (1+2+3)		2.288,22	9.719,07
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		215.016,58	205.297,51
Caixa e seus equivalentes no fim do período		217.304,80	215.016,58

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

Anexo 2015



1. Identificação da entidade

- Designação da entidade: Fundação Maria Isabel e Renato Gameiro
- Sede: Praça 5 de Outubro (Santa casa da Misericórdia de Torres Novas), 2350 Torres Novas
- Natureza da atividade: Apoio a idosos e deficientes.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Enquadramento

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, vertidas no Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de Março, que aprovou regime da normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL) que faz parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho. Por Despacho nº 74/2011/MEF, de 10 de Março, do Senhor Ministro de Estado e das Finanças foi homologada a norma contabilística e de relato financeiro para as ESNL, ao abrigo do disposto no ponto 6.1 do Anexo II do Decreto-lei nº 36-A /2001 de 9 de Março.

Sempre que esta norma não responda a aspetos particulares que se coloquem à entidade em matéria de contabilização e relato financeiro de transações ou situações, ou a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu preenchimento impeça o objetivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada, traduza a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período, a entidade deverá recorrer, tendo em vista tão-somente a superação dessa lacuna, supletivamente e pela ordem indicada:

a) Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI) constantes do Sistema de Normalização Contabilística (SNC),

b) Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) adotadas na União Europeia

c) Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS) emitidas pelo IASB e respetivas Interpretações Técnicas (SIC/IFRIC).

Os modelos das demonstrações financeiras apresentadas foram elaborados de acordo com aprovado pela portaria nº 105/2011 de 14 de Março.

2.2. Indicação e justificação das disposições da NCRF - ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não foi derogada qualquer disposição da NCRF-ESNL.

2.3. Indicação e comentário das contas do Balanço e Demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

Nada a referir.

2.4. Adoção pela primeira vez das NCRF - ESNL



a) Uma explicação acerca da forma como a transição dos anteriores princípios contabilísticos geralmente aceites para a NCRF-ESNL, afetou a sua posição financeira e o seu desempenho financeiro relatados;

Não aplicável.

b) Uma explicação acerca da natureza das diferenças de transição que foram reconhecidas como fundos próprios.

Nada a referir.

2.5. Caso uma entidade dê conta de erros cometidos segundo os PCGA anteriores, as reconciliações exigidas nos parágrafos anteriores, devem ser distinguir entre a correção desses erros e as alterações às políticas contabilísticas.

Nada a referir.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das Demonstrações Financeiras

Ativos fixos tangíveis:

A mensuração dos ativos fixos tangíveis baseou-se no método do custo.

As depreciações destes ativos são calculadas segundo o método das quotas constantes.

O processo de depreciação inicia-se no começo do mês em que o respetivo bem entrou em funcionamento.

Foram considerados os seguintes períodos de vida útil dos bens: Equipamentos Administrativo: de 3 a 6 anos.

3.2. Outras Políticas Contabilísticas

Nada a referir.

3.3. Principais pressupostos relativos ao futuro

Nada a referir.

3.4. Principais fontes de incerteza das estimativas

Nada a referir.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

4.1. Quando a aplicação de uma disposição desta Norma tiver efeitos no Período corrente ou em qualquer período anterior, salvo se for impraticável determinar a quantia do ajustamento, ou puder ter efeitos em períodos futuros, uma entidade deve divulgar apenas nas demonstrações financeiras do período corrente:

a) A natureza da alteração na política contabilística;

Nada a referir.

b) A natureza do erro material de período anterior e seus impactos nas demonstrações financeiras desses períodos;

Nada a referir.

c) A quantia de ajustamento relacionado com o período corrente ou períodos anteriores aos apresentados, até ao ponto em que seja praticável;

Nada a referir.

d) As razões pelas quais a aplicação da nova política contabilística proporciona informação fiável e mais relevante, no caso de aplicação voluntária.
Nada a referir.

5. Ativos Fixos Tangíveis

5.1.As demonstrações financeiras devem divulgar:

a) Os critérios de mensuração usados para a quantia escriturada bruta;

Foi considerado o custo de aquisição.

b) Os métodos de depreciação usados;

Ver nota 3.

c) As vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas;

Equipamento Administrativo: de 3 a 6 anos.

d) A quantia escriturada bruta e a depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período;

Ver mapa seguinte.

e) Uma reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações; as amortizações, as perdas por imparidade e suas reversões e outras alterações.

Movimentos na conta de ativos fixos tangíveis	Equipamento Administrativo
Quantia bruta escriturada inicial	2.132,21
Quantia das depreciações acumuladas iniciais	1.891,30
Quantia líquida inicial (final de 2014)	240.91
Adições no período	0,00
Reduções no período (depreciações do exercício)	186,86
Quantia líquida no final do período (final de 2015)	54,05

5.2.As demonstrações financeiras devem também divulgar:

a) A existência e quantias de restrições de titularidade e ativos fixos tangíveis que sejam dados como garantias de passivos;

Nada a referir.

b) A quantia de compromissos contratuais para aquisição de ativos fixos tangíveis;

Nada a referir.

5.3. Se os itens do ativo fixo tangível forem expresso por quantias revalorizadas, deve ser divulgado o seguinte:

a) A de eficácia da revalorização;

Nada a referir.



b) Os métodos e pressupostos aplicados nessa revalorização.

Nada a referir.

5.4. Montante e natureza dos bens do património histórico, artístico e cultural.

Nada a referir.

6. Activos Intangíveis

Nada a referir.

7. Locações

Nada a referir.

8. Custos de empréstimos obtidos:

8.1. As demonstrações financeiras devem divulgar:

a) A política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos;

Nada a referir.

b) A quantia de custos de empréstimos obtidos capitalizada durante o período;

Nada a referir.

c) A taxa de capitalização usada para determinar a quantia do custo dos empréstimos obtidos elegíveis para capitalização;

Nada a referir.

9. Inventários

9.1. As demonstrações financeiras devem divulgar:

a) As políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a formula de custeio usada;

Nada a referir.

b) A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade;

Nada a referir.

c) A quantia de inventários escriturada pelo justo valor menos os custo de vender;

Nada a referir.



d) A quantia dos inventários escriturada pelo custo corrente;
Nada a referir.

e) A quantia de qualquer ajustamento de inventários reconhecida como um gasto no período;
Nada a referir.

f) A quantia de qualquer reversão de ajustamento que tenha sido reconhecida como uma redução na quantia de inventários reconhecida como gasto do período de acordo com o parágrafo 11.19 da NCRF-ESNL;
Nada a referir.

g) As circunstâncias ou acontecimentos que conduziram à reversão de um ajustamento de inventários de acordo com o parágrafo 11.19 da NCRF-ESNL;
Nada a referir.

h) A quantia escriturada de inventários dados como penhor de garantia a Passivos.
Nada a referir.

10. Rédito

10.1. Uma entidade deve divulgar:

a) As políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços;

Nada a referir.

b) A quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de;

Os únicos rendimentos da Entidade provêm de Rendas e Juros de Depósitos a prazo, totalizando em 2015 o valor de 39.921,78€.

11. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

Nada a referir.

12. Subsídios do Governo e Apoios do Governo

Não se registaram quaisquer subsídios do Estado ou de Outras entidades. Apenas existem algumas isenções fiscais que são atribuídas a qualquer IPSS.

13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio:

Nada a referir.



14. Imposto sobre o rendimento

A entidade está isenta de IRC pelo facto de ser uma IPSS e pelo facto de apenas desenvolver atividade no âmbito dos seus fins estatutários.

15. Instrumentos Financeiros:

Meios financeiros Líquidos

Depósitos bancários e caixa – 217.304,80€ (Caixa, Depósitos no Montepio Geral e na C.C Agrícola)

16. Informações adicionais sobre contas do Balanço e da Demonstração de Resultados.

Propriedades de Investimentos – Valor atribuído ao conjunto de Imóveis doados pelos Fundadores, D. Maria Isabel e Dr. Renato Gameiro.

Diferimentos – Valor Diferido referente às rendas recebidas em Dezembro de 2015 relativas ao mês de Janeiro de 2016.

Fornecimentos e Serviços Externos – Nos gastos com FSE, salientam-se as despesas com a Conservação e Manutenção de Imóveis.

Outros Gastos e Perdas – Valor referente aos apoios concedidos ao desenvolvimento dos projetos das Entidades Beneficiárias da Fundação (SCMTN e CRIT), pagamento de IMI nos imóveis do Concelho de Sintra e diversas taxas pagas na C.M. de Lisboa e quotização ALP.

Resultados Líquidos – A redução do valor do Resultado Líquido de 2015 comparativamente a 2014, deve-se essencialmente ao aumento dos gastos em Fornecimentos e Serviços Externos com realce para as despesas com conservação e manutenção dos imóveis.

17. Benefícios dos empregados:

17.1.As entidades devem divulgar o número médio de trabalhadores durante o ano.

Em 2015, a FMIRG não teve nenhum trabalhador.

17.2.Número de membros dos órgãos diretivos e alterações ocorridas no período do relato financeiro.

Os órgãos Sociais são constituídos por Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Conselho Consultivo. No período relativo ao relato financeiro, não se registaram alterações na composição dos Órgãos Sociais.

17.3.Informação sobre as remunerações dos órgãos diretivos:

Os órgãos diretivos exercem o seu cargo em regime de voluntariado.



18. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

- Modelo 10 e modelo 25
- Modelo 22
- IES
- Relatório único
- Submissão do Relatório e contas na Plataforma OCIP da Segurança Social

19 – Outras Informações

Em 31/12/2015, a Fundação Maria Isabel e Renato Gameiro tinha qualquer dívida em mora ou qualquer outro incumprimento perante as suas entidades financiadoras, os seus fornecedores e clientes, o Estado e com todas as restantes partes com quem a Instituição se relaciona.

Torres Novas, 3 de Março de 2016

O Técnico Oficial de Contas

(Membro OTOC n.º 66591)

O Conselho de Administração